



Unidos pela **Educação!**

Mesmo em tempo de crise
a aposta na Educação é estratégica

Maio 2011

proprietário Federação Nacional da Educação

diretor João Dias da Silva

colaboradores Pátima Martins

sindicatos membros Sindicato dos Professores da Zona Norte • Sindicato dos Professores da Zona Centro • Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa • Sindicato Democrático dos Professores do Sul • Sindicato Democrático dos Professores dos Açores • Sindicato Democrático dos Professores da Madeira • Sindicato dos Professores das Comunidades Lusíadas • Sindicato dos Técnicos Superiores, Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Norte • Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro • Sindicato dos Técnicos, Administrativos e Auxiliares de Educação da Zona Sul e Regiões Autónomas

redação Rua Costa Cabral, 1035 • 4200-226 Porto • tel. 225073880 • fax 225092906 • secretariado@fne.pt
design gráfico Rafael Marques
impressão Maiadouro
distribuição FNE

tiragem 25000 exemplares



A FNE marcou presença na EURO - MANIFESTAÇÃO em Budapeste a 9 de Abril

A Confederação Europeia de Sindicatos (CES) e as suas seis filiadas húngaras (LIGA, ASZSZ, SZEF, ESZT, MSZOSZ e MOSZ) organizaram uma Euro-Manifestação no passado dia 9 de Abril, em Budapeste, onde teve lugar o Conselho Económico dos Assuntos Económicos e Financeiros (ECOFIN) sob a presidência da Hungria.

O objectivo desta manifestação foi dizer “Não, à austeridade, exigindo mais Europa social, salários mais justos e empregos de qualidade.”

As políticas europeias têm estado centradas em medidas de austeridade e planos de consolidação fiscal que consistem em efectuar cortes drásticos nas despesas públicas, exercer pressão para a diminuição de salários e interferir na autonomia das negociações coletivas.

As Organizações Sindicais Europeias rejeitam estes pressupostos e alertam para outras alternativas. Esta é a razão pela qual fizeram ouvir a sua voz nas ruas de Budapeste.



ÍNDICE

3 - EDITORIAL • 4 - ROBERTO CARNEIRO DEFENDE QUE “A ESCOLA DEVE SER DONA DO SEU DESTINO” • 5 - É URGENTE DEVOLVER A ESTABILIDADE À EDUCAÇÃO • 6 - É URGENTE CONSTRUIR UM MODELO DE AVALIAÇÃO • 7 - DAVID JUSTINO LANÇA FORTE APELO À CONFIANÇA NAS ESCOLAS • 8 - ROSÁRIO GAMA DEFENDE CRIAÇÃO DE BOLSA DE FORMADORES • 9 - O NOSSO CONTRIBUTO • 10 - AS NOSSAS PRIORIDADES • 15 - NO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO CHEGAMOS A ACORDO PARA A REVISÃO DO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

editorial

OPORTUNIDADE A NÃO DESPERDIÇAR



A realização das eleições antecipadas de 5 de Junho constitui uma oportunidade para que a próxima Legislatura permita que se definam as mudanças estratégicas que são necessárias para que a Educação e a Formação atinjam mais elevados níveis de sucesso.

O aumento do nível de qualificações escolares e das certificações profissionais dos portugueses, o aumento dos índices de sucesso escolar e a redução da taxa de abandono são objetivos essenciais para esta década; e, mais do que responder a desafios estatísticos impostos do exterior, estes são fatores básicos para o desenvolvimento e o crescimento económicos que permitem a criação de emprego de qualidade.

Ora, para que estes objetivos sejam atingidos, é necessário que, relativamente ao que é estrutural e alicerce do sistema educativo, não se ande sempre a mudar e que os portugueses se sintam seguros quanto às orientações básicas dos seus sistemas de educação e formação, as quais não podem variar ao sabor da vontade de cada ministro da 5 de Outubro.

É necessário que estes alicerces do nosso sistema de educação e formação resultem de um processo de diálogo, de concertação e de mobilização de toda a sociedade.

Pelo nosso lado, temos propostas concretas a apresentar, quer no domínio do funcionamento do sistema educativo e da sua simplificação, quer no âmbito das definições das carreiras dos docentes, dos técnicos superiores, dos assistentes técnicos ou dos assistentes operacionais.

Foi neste quadro que elaborámos um documento designado por Roteiro para a Legislatura de que damos conta neste jornal e que constitui um contributo consistente para as soluções que devem ser adotadas no futuro.

É nosso entendimento que, sendo exigível que o próximo Governo assente numa maioria alargada, estamos perante uma oportunidade que não pode ser desperdiçada para que se proceda a mudanças consistentes, duradouras e resultantes de um largo espectro de consenso.

Saibam os responsáveis políticos trabalhar neste sentido.

ROBERTO CARNEIRO DEFENDE QUE "A ESCOLA DEVE SER DONA DO SEU DESTINO"



“A autonomia das escolas é muito determinante no sentido de reforçar o papel dos agentes da educação”, a frase é de Roberto Carneiro e foi proferida no passado dia 28 de Abril, na conferência sobre “O Futuro da Aprendizagem”, que se realizou em Lisboa. O ex-governante optou por um estilo intimista e descontraído para falar de aspectos importantes para a educação e por diversas vezes arrancou gargalhadas à plateia. E, foi num tom de grande empatia que Roberto Carneiro defendeu que “a grande reforma educativa passa por um estado de espírito que ponha a escola, outra vez, dona de si própria, dona do seu destino”. Roberto Carneiro sustenta que “a escola não pode ser o terminal burocrático do Ministério da Educação” e acrescenta, em tom crítico que “um ministro que se gaba de ter todas as escolas a funcionar da mesma

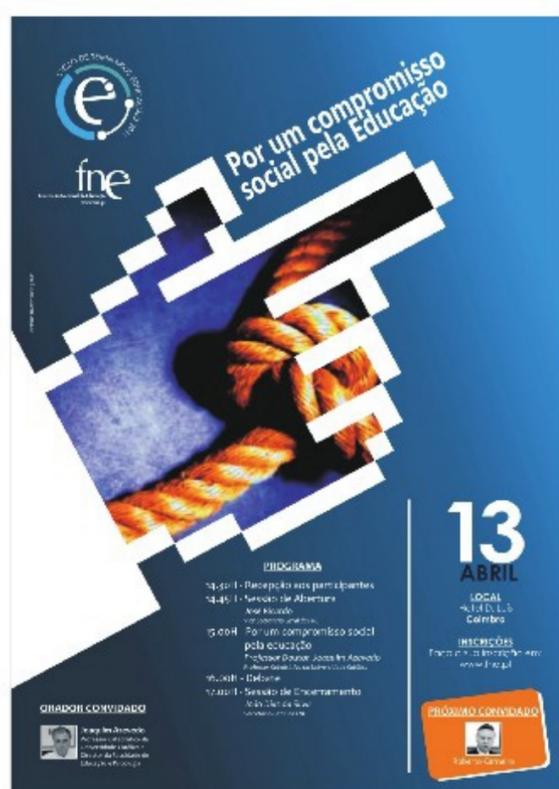
maneira, é um ministro que não percebe bem o que está a fazer”.

O ex-titular da pasta da Educação defendeu que “a agenda da educação deve estar centrada no aluno. Nós temos estado descentrados do centro da aprendizagem, que é o aluno”. Para Roberto Carneiro cada aluno é diferente do outro e por isso, defende que “o sistema em Portugal estará maduro, quando conseguirmos que cada aluno tenha o seu itinerário de aprendizagem”.

Para os professores, o ex-governante, reserva um papel especial: “Os professores têm a função de orientar, são o andaime da educação”, sustentou.



É URGENTE DEVOLVER A ESTABILIDADE À EDUCAÇÃO



“É necessário mudar o paradigma da mudança permanente”, a frase foi proferida por Joaquim Azevedo no seminário “Por um compromisso social pela educação”, promovido pela FNE no passado dia 13 de Abril, em Coimbra e sintetiza a tónica da palestra.

O ex-governante criticou as constantes mudanças de políticas educativas que têm caracterizado as últimas décadas no nosso país e defendeu que é necessário “colocar a educação numa rota de melhoria gradual”.

A educação em Portugal teve, no entanto, nas últimas décadas, “uma evolução muito positiva”, reconheceu. Mas se mantivermos o ritmo, “para atingirmos as atuais médias de escolarização, a nível do secundário,



para os níveis atuais da OCDE, precisamos de 20 anos”, alertou.

Quanto ao papel do Ministério da Educação, Joaquim Azevedo entende que este deve ser “uma entidade comprometida e não envolvida” com a melhoria da escola.

O Ministério da Educação “deve ter uma estrutura eficaz de apoio” às escolas que, por seu lado, devem ter autonomia e serem “obrigadas a ter um plano de melhoria gradual”, afirmou. “Precisamos muito de melhorar o desempenho das escolas”, afirmou, mas para isso é preciso também “acreditar que os professores são capazes de educar” e o Estado e a sociedade têm de ter “confiança e respeito pelos professores”.



EXIGE-SE UM **NOVO MODELO DE AVALIAÇÃO**



“Não tenho propostas muito concretas e não tenho certezas absolutas” a frase é de Ramiro Marques e deu o mote para o seminário sobre “Autonomia e Diversidade das Propostas Educativas”, promovido pela FNE no passado dia 30 de Março, em Lisboa. Para o Professor Coordenador do Instituto Politécnico de Santarém é importante avançar para um modelo de avaliação de desempenho capaz de potenciar o trabalho dentro da sala de aula. Ramiro Marques critica a falta de agilidade política na condução deste processo, mas defende que “é preciso olhar para a avaliação de desempenho como algo que é preciso construir”. O Professor sugeriu um modelo com uma forte componente de avaliação externa, com ciclos de avaliação de quatro anos e uma avaliação de desempenho docente em sintonia com a avaliação de

desempenho das escolas. Neste encontro o conhecido blogger referiu-se ainda ao tema centralismo/autonomia das escolas. Para Ramiro Marques “há uma espécie de esquizofrenia sobre esta questão” no entanto, “a qualidade da oferta educativa passa por dar mais autonomia às escolas e pelo Ministério da Educação confiar mais e interferir menos”, sustentou.



DAVID JUSTINO LANÇA FORTE APELO À CONFIANÇA NAS ESCOLAS



O ex-ministro da Educação, David Justino marcou presença no passado dia 17 de Março, em Lisboa no seminário sobre “O Papel e a importância das organizações sindicais na definição de uma estratégia de desenvolvimento para a Educação em Portugal”.

O encontro serviu para o ex-ministro da Educação criticar a “falta de sentido de futuro na Educação”, o ex-governante defendeu que “só com ideologia não se conseguem resolver os problemas. Temos de saber que educação queremos para os próximos 15 a 20 anos”.

Durante este debate promovido pela FNE, David Justino sustentou que é preciso demonstrar mais confiança no trabalho dos professores e menos burocracia nas escolas.



O professor defendeu uma discussão, sem pressa e com a participação de todos, que leve a uma reflexão sobre o que o país quer para a Educação.

“É a falta de sentido de futuro que limita a eficácia das próprias políticas”, sustentou.

O ex-governante afirma que “seria muito interessante podermos pensar que um dos pontos nevrálgicos que tem a ver com o modelo de avaliação dos professores pudesse ser superado. Isso seria um passo importante relativamente a esse voto de confiança nos professores”, afirmou.

No final do debate, o Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, reafirmou a necessidade de uma revisão da Lei de Bases do Sistema Educativo, com ligação à formação Profissional, e em leis claras.



João dias da Silva reiterou igualmente que as opções orçamentais “não podem pôr em causa a qualidade pedagógica” do serviço prestado.

“**O Papel e a importância das organizações sindicais na definição de uma estratégia de desenvolvimento para a Educação em Portugal**”

ROSÁRIO GAMA DEFENDE CRIAÇÃO DE BOLSA DE AVALIADORES



03 MARÇO

LOCAL
Auditório do SPZN
P.O. Box 5090 - 1050
Fato

INSCRIÇÕES
Fazer a inscrição através do e-mail: secretariado@fne.pt

**AValiação de Desempenho
AVALIAR A APLICAÇÃO PARA CORRIGIR O MODELO**

PROGRAMA

- 14:30h - Recepção aos participantes
- 14:45h - Sessão de Abertura
Dr.º António
Nogueira de Sousa
- 15:00h - Avaliação de Desempenho...
Princípios e novos caminhos
Rosário Gama
Diretora da Escola Secundária Infanta D. Maria
- 16:00h - Debate
- 17:00h - Sessão de Encerramento
Coordenadora
Dr.ª Susana Costa

ORADORA CONVIDADA

DR.ª ROSÁRIO GAMA
Diretora da Escola Secundária Infanta D. Maria

PRÓXIMOS CONVIDADOS

Dr.º António Nogueira de Sousa
Dr.º António Costa

fne

Rosário Gama, Diretora da Escola Secundária Infanta D. Maria, em Coimbra, e figura bem conhecida no panorama atual da gestão escolar, foi oradora principal do seminário sobre “A avaliação da operacionalização do modelo de avaliação de desempenho”. No encontro, que se realizou na sede do SPZN, no Porto, Rosário Gama defendeu que os professores não devem avaliar os colegas da mesma escola, sendo necessário criar uma bolsa de docentes avaliadores devidamente formados. A professora considerou que este tipo de avaliação contribui para a “degradação” do ambiente na escola e não para a melhoria da qualidade do serviço educativo e das aprendizagens dos alunos. Na sua opinião, avaliadores e avaliados são concorrentes na mesma carreira, o que fere as garantias de imparcialidade.

Rosário Gama acrescentou ainda que estes docentes “não devem avaliar colegas da sua escola” e “devem ser indicados pelos conselhos pedagógicos de cada escola, que escolherá os mais competentes em cada grupo de recrutamento”. A professora entende ainda que estes avaliadores devem, “preferencialmente, ter concluído a progressão na carreira e ter uma turma atribuída” na sua escola.



Afirmando concordar com os princípios da avaliação, Rosário Gama discorda do modelo, que “apresenta uma perspetiva economicista, porque limita a progressão de carreira” e que lhe parece que não está em vigor para melhorar a aprendizagem.

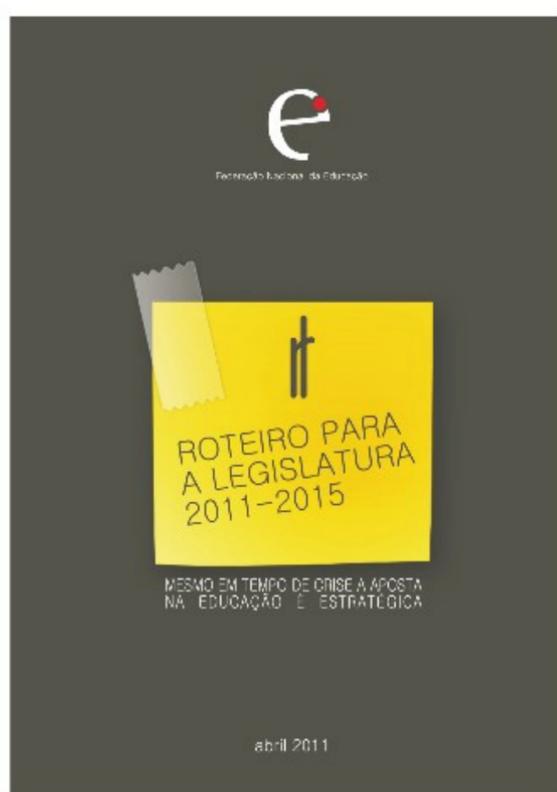


A professora contestou ainda a “burocracia” que resulta de um modelo que conta com “quatro dimensões, 11 domínios, 39 indicadores, cinco níveis e 72 descritores”, além das fichas para observação de aulas para os professores que se candidatam a uma avaliação de mérito.

“As pessoas têm estado caladas para ver o que isto vai dar, mas o que era pior no outro modelo passa para este”, frisou.



O NOSSO CONTRIBUTO



Portugal parte para eleições legislativas antecipadas em 5 de junho de 2011 num quadro económico e financeiro extremamente difícil e em que se pede a todos os portugueses que, sacrificando-se de novo e ainda mais, assegurem as condições do reequilíbrio que voltem a permitir o crescimento e o desenvolvimento.

A todos os setores da sociedade se pede que tenham disponibilidade para darem o seu contributo para a terapia que se pretende aplicar.

A área da educação não fica de fora em relação a este pedido, **apesar de aos seus Trabalhadores e Pensionistas já terem sido aplicadas medidas bem duras de constrangimento ao longo dos últimos anos.**

Aliás, sempre denunciámos o

desajustamento das medidas que foram tomadas e ainda a forma injusta como elas foram distribuídas. E não podemos deixar de sublinhar como sentimos que não houve o aproveitamento adequado dos sacrifícios que fizemos até agora.

Entendemos que, solidariamente, e em nome do futuro, não podemos deixar de ajudar a resolver a situação atual.

Mas exigimos que, desta vez, estes novos sacrifícios sejam bem aproveitados e que os portugueses possam ver que se está a caminhar no sentido certo e não para novo abismo.

Mas, mesmo em tempo de crise, a educação é ainda mais estratégica para o futuro.

E o investimento em altos níveis de qualidade e exigência na sua organização e nos seus resultados, é um imperativo para todos os decisores.

É neste quadro que a FNE aprovou e vai apresentar aos Partidos e ao Governo que resultar das eleições de 5 de Junho, um Roteiro para a Legislatura, como contributo para a identificação dos caminhos que na área da Educação e da Formação não podem deixar de ser adotados.

Estamos, assim, a cumprir a nossa obrigação cívica de intervir no debate que a realização de eleições sempre exige e com uma visão larga sobre todo o sistema de educação e formação.



AS NOSSAS PRIORIDADES

Revisão da Lei de Bases de Educação, revisão das matrizes curriculares dos ensinos básico e secundário e revisão dos conteúdos programáticos das diferentes disciplinas

Impõe-se uma nova Lei de Bases da Educação e Formação que deverá traduzir-se num amplo consenso de opiniões, quer na Assembleia da República, quer entre os Parceiros Sociais, nomeadamente os da área da Educação.

A lógica que defendemos para um novo sistema integrado de educação e formação deve visar o objetivo do estabelecimento de uma cultura nacional de disponibilidade para a aprendizagem de qualidade, ao longo de toda a vida.

Para conseguir os objetivos de educação e formação impõe-se que se altere o atual desenho curricular dos ensinos básico e secundário, que a FNE defende que não resulte exclusivamente de propostas provenientes de estudos elaborados por especialistas, mas que não deixe de considerar, quer os contributos das organizações sindicais de docentes, quer uma ampla discussão pública sobre a matéria que não pode deixar de ser realizada.

Impõe-se o estabelecimento da garantia de que o sistema público de educação e ensino e formação se pauta pelo princípio de promoção da escola inclusiva, o que pressupõe a

determinação dos recursos humanos que contribuam para a realização de percursos educativos de sucesso, com apoio específico às situações de necessidades educativas especiais e de apoio educativo.

Para se conseguirem estes objetivos, é necessário proceder à revisão dos currículos escolares e dos conteúdos programáticos, adequando-os às atuais finalidades formativas, e na perspetiva de que a formação ao longo da vida assenta em currículos ajustados que constroem a pluridisciplinaridade e a interdisciplinaridade, que tornam significativas as aprendizagens em termos de integração na sociedade, e que efetivamente promovem a coesão social.

Revisão do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

Está na memória de todos a difícil negociação de Janeiro de 2010 de alteração do Estatuto da Carreira Docente. Tivemos sucesso. A FNE regista que, no final desta negociação, foi possível acabar com a injusta, injustificada e desnecessária divisão dos docentes em duas categorias. Foi uma vitória de todos mas **queremos correções e melhorias.**

★ Lutaremos por uma diferente distribuição das tarefas profissionais entre as componentes letiva e não letiva.

★ Pelo fim dos constrangimentos administrativos à progressão em carreira.

★ Pelo fim das quotas na atribuição das menções de avaliação mais elevadas.

★ Pelo fim dos efeitos dos resultados da avaliação de desempenho sobre a graduação profissional.

★ Pelo direito à formação contínua exercido no tempo da componente letiva.

★ Pela consideração estatutária da compensação do desgaste profissional.

★ Pelo crescimento da intervenção da componente externa na avaliação de desempenho.

★ Pela eliminação das injustiças que resultam dos processos de transição de carreiras de 2007, de 2009 e de 2010.

★ Pela reposição do tempo de serviço congelado e pelo reposicionamento dos valores salariais.





A futura revisão do ECD deve ainda integrar:

* A eliminação da prova de ingresso (ou de avaliação de conhecimentos e competências para ingresso na docência).

* A garantia de que todos os docentes têm direito a apoio, em regime de indução, nos dois primeiros anos de exercício profissional.

* A redefinição das regras de organização dos horários de trabalho dos docentes e de distribuição de serviço docente, respeitando o tempo para a formação contínua, definindo limites claros para a componente não letiva de trabalho de estabelecimento, incluindo nestas as horas para as reuniões de natureza pedagógica, impedindo a atribuição de mais do que 3 níveis curriculares a cada docente dos 2.º e 3.º ciclos do ensino básico e do ensino secundário e de mais do que um ano de escolaridade para os professores do 1.º ciclo.

* Assegurar e clarificar, entre as várias administrações educativas nacionais, o regime e as condições de mobilidade entre os vários quadros intranacionais.

A revisão do regime de avaliação de desempenho dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico e secundário

O objetivo da avaliação de

desempenho dos docentes tem de ser a promoção do desenvolvimento profissional, devendo constituir um processo através do qual os docentes atinjam níveis cada vez mais elevados de competência profissional e expandam a sua compreensão de si próprios, do seu papel, do contexto em que exercem as suas atividades e da respetiva carreira.

Esta afirmação significa a opção por uma visão profissionalizante da carreira e uma avaliação de desempenho a acompanhá-la, por oposição a uma visão tecnicista e burocrática que tantas vezes parece preferida por muitos.

Devemos caminhar neste sentido:

* Determinar com clareza quem avalia, o que avalia, com que competência avalia.

* Determinar os parâmetros de avaliação, os instrumentos, as finalidades e as consequências da avaliação.

* Os avaliadores devem ter competências comprovadas na área da supervisão pedagógica.

* A avaliação de desempenho dos docentes tem de estar articuladas com modelos de avaliação das escolas, com os recursos disponibilizados às escolas e com a avaliação dos processos de avaliação.

* Devemos incluir no futuro modelo a

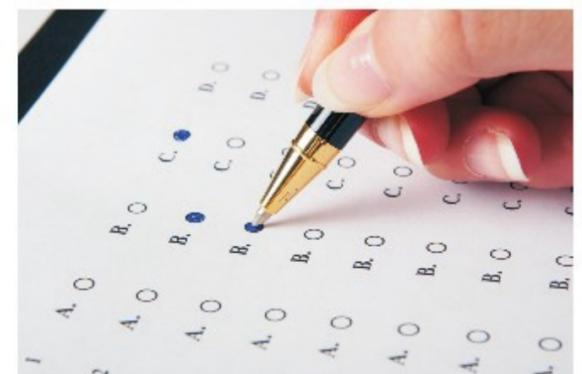
avaliação dos avaliadores, participada pelos avaliados.

* Não aceitamos que os resultados da avaliação dos docentes estejam dependentes da mera observação estatística dos resultados escolares dos seus alunos.

* A FNE defende que em termos de avaliação de desempenho de docentes se definam regras que garantam que esta tenha em primeira linha uma conceção formativa.

* Rejeitamos mecanismos meramente punitivos.

* A avaliação deve ser entendida como elemento indispensável ao desenvolvimento profissional dos docentes.



* O lançamento de um verdadeiro mecanismo de avaliação de desempenho impõe a construção de uma cultura profissional e organizacional de participação, empenhamento e auto-responsabilização, ou seja, nada do que até hoje a administração educativa tem pedido aos seus docentes.



Revisão do enquadramento do reordenamento da rede escolar

★ É nossa exigência que relativamente ao processo de ordenamento da rede sejam divulgados os critérios e os seus fundamentos, para além da sua calendarização e da identificação das escolas envolvidas.

★ É nossa exigência que em todos os passos de cada concretização se envolvam, para além das autarquias, as famílias, os docentes e os técnicos superiores e assistentes de educação ao serviço das escolas.

★ A nossa opção preferencial vai para a constituição de centros escolares que possam abranger a educação pré-escolar e o ensino básico e secundário, em unidades cuja dimensão não deveria exceder os 500 alunos.

★ A constituição de agrupamentos que abarquem desde a educação para a infância até ao ensino secundário em unidades macro com uma única direção merece as nossas profundas reservas.



Revisão do regime de direção e gestão dos agrupamentos e escolas não agrupadas

Para a FNE, a opção pelo aprofundamento da autonomia das escolas é essencial e tem como justificações:

★ A proximidade das decisões em relação aos problemas concretos e específicos de cada uma.

★ A vinculação da escola à comunidade do território em que se insere, dotando-a de mecanismos de controlo social que a viabilizem, em termos de apoio e de fiscalização.

★ A diminuição dos entraves burocráticos ao seu funcionamento em resposta aos problemas identificados.

É nossa convicção que é pelo reforço de uma verdadeira autonomia que se conseguirão melhorar as práticas nas nossas escolas.

A FNE considera essencial que se definam com clareza as áreas de decisão que pertencem efetivamente às escolas, não esquecendo que só se pode falar de autonomia quando se detêm os recursos necessários para fazer face aos problemas.

Revisão do regime de concursos de Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário

A FNE continua a defender, em termos de concursos de docentes, que eles:

★ Sejam anuais e abertos a todos.

★ Garantam o preenchimento das vagas correspondentes às necessidades identificadas, as quais devem incluir as AEC's.

★ Garantam o princípio da igualdade de acesso e tratamento dos docentes de todo o território nacional.

★ Eliminam a influência do resultado da avaliação do desempenho sobre a graduação profissional.



★ Reconheçam os correspondentes efeitos na graduação profissional da classificação dos DESE's (Diplomas de Estudos Superiores Especializados) de cursos que qualificavam, à data da sua conclusão, para o exercício de outras funções educativas.

Revisão do enquadramento dos técnicos superiores, assistentes técnicos e operacionais dos Jardins de Infância e dos agrupamentos e escolas não agrupadas



É entendimento da FNE que as seguintes medidas deverão promover uma adequada consideração destes trabalhadores:

- ★ Criação das carreiras especiais de técnico superior de educação, assistente técnico de educação e assistente operacional de educação, consagrando-se a titularidade de uma licenciatura como requisito para o exercício das funções de chefia dos serviços de administração escolar.

- ★ Lançamento de programas sustentados de formação profissional específica.

- ★ Revisão do regime de autonomia, administração e gestão das escolas no que diz respeito à representação destes trabalhadores, prevendo-se, em particular, a possibilidade de os trabalhadores detentores de licenciatura serem nomeados como adjuntos dos diretores.

- ★ Revisão da legislação sobre transferência de competências para as autarquias, incluindo a possibilidade de renegociar contratos já celebrados.

- ★ Reformulação do diploma de adaptação às escolas do regime de avaliação do desempenho dos trabalhadores implementando-se a aplicação do SIADAP 1 às escolas.

- ★ Criação de mecanismos simplificados de mobilidade interna entre escolas.

Revisão do regime de educação especial

A FNE defende a plena concretização de uma escola inclusiva. As escolas terão de ter uma gestão pedagógica forte. De acordo com estes princípios, todas as crianças com incapacidades permanentes, mas com condições de serem integradas no ensino regular, devem nele ser incluídas. Os alunos que não têm condições físicas e intelectuais para integrar uma turma regular devem frequentar espaços adaptados que lhes proporcionem conforto e qualidade de vida (em escolas públicas, semipúblicas ou privadas), com técnicos especializados a tempo inteiro. No sentido de agilizar estas questões a FNE defende a criação de um Departamento Curricular da Educação Especial.

Melhorar a convivência escolar – atuar sobre a violência e a indisciplina

Considera-se que o objetivo de contribuir para uma boa qualidade das relações em contexto escolar impõe a concretização de um conjunto de medidas que, assumidas coerente e sistematicamente, contribuirão para que a tolerância e a qualidade da convivência em contexto escolar melhorem.

Destacamos:

- ★ Formação inicial e contínua de docentes e não docentes.

- ★ Promover a atratividade dos conteúdos programáticos.

- ★ Promover a qualidade das instalações das escolas e a adequação destes espaços à população escolar.

Reconhecimento de doenças profissionais específicas da área da educação

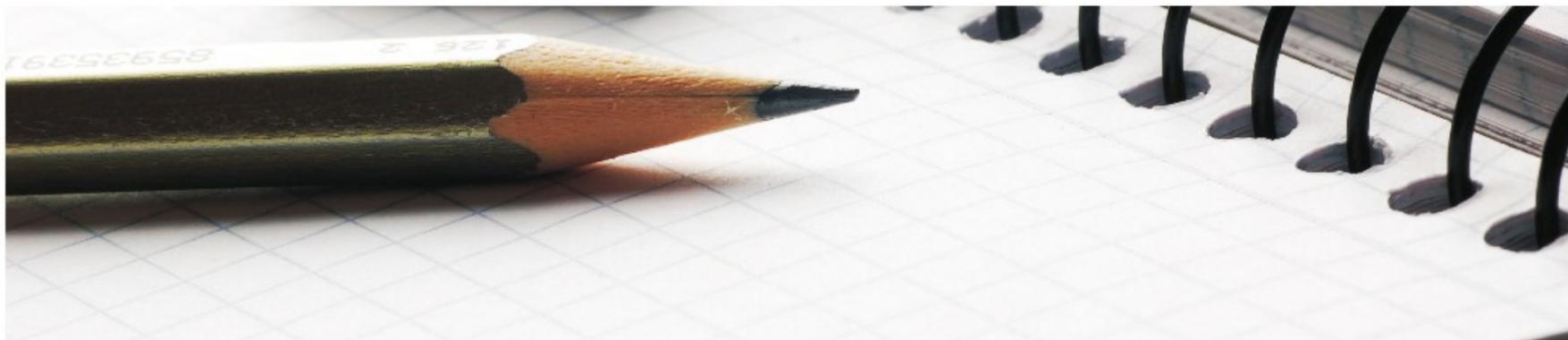
A FNE considera imprescindível colocar no seu plano de ação reivindicativa o estabelecimento de um conjunto de medidas que tenham a ver com o especial reconhecimento de doenças profissionais que pertencem à área da Educação.

Assim, definimos como orientação para a nossa ação:

- ★ Identificação e inventariação do elenco das doenças profissionais ligadas aos Trabalhadores da Educação.

- ★ Determinação da obrigatoriedade de existência nos Estabelecimentos de Educação e de Ensino de comissões de higiene e segurança no trabalho, encarregadas de avaliar as suas condições de funcionamento, mediante padrões de qualidade.

- ★ Diminuição das condições favorecedoras do stress laboral, determinando que em cada período letivo sejam respeitados períodos de tempo, com a duração mínima, por cada vez, de uma semana, em que na escola



não se desenvolvem quaisquer outras atividades que não sejam as letivas e as não letivas que integram os horários de docentes e de alunos.

★ Definição de mecanismos de compensação do desgaste profissional dos docentes, cujo regime de trabalho implica especial e contínuo desgaste ao nível físico e intelectual nomeadamente através de reduções da componente letiva e para-letiva, de licenças de exercício da lecionação e de condições especiais na aposentação.

Pela dignidade da aposentação

As pensões de aposentação têm, de modo continuado, vindo a degradar-se, o que tem levado a uma significativa diminuição do poder de compra de todos os aposentados que, ao longo de muitos anos, fizeram os descontos que a lei impunha.



A FNE, relativamente às pensões de aposentação/reforma, exige um quadro legislativo estável, justo, equitativo e humanizado.



Pela qualidade de oferta de ensino privado

O ensino privado, nas suas diversas vertentes, é uma realidade que integra a rede pública de educação e formação; neste domínio, entendemos continuar a defender o princípio do direito constitucional de ensinar e de aprender e da obrigação do Estado de apoiar a oferta privada sempre que ela seja substitutiva da obrigação do Estado de disponibilizar ofertas educativas suficientes e diversificadas.

Ao Estado cabe a responsabilidade de garantir, tal como nas escolas estatais, que nas escolas não estatais se respeitem critérios de elevada qualidade e de respeito pelas normas gerais que regem o funcionamento do sistema educativo nacional.



Recuperação do tempo de serviço para efeitos de promoção e progressão em carreira

Compreende-se que numa conjuntura económica tão adversa como é aquela que hoje se vive no nosso País, não seja possível considerar, no imediato, todo o tempo de serviço prestado para efeitos de promoção e progressão nas carreiras da administração pública.



Todavia, os esforços e sacrifícios agora pedidos não podem perpetuar-se.

Neste sentido, o próximo Governo deverá assegurar que o tempo de serviço desconsiderado, quer entre 2005 e 2007 quer agora, seja recuperado, no tempo adequado, eventualmente de forma faseada, para todos os trabalhadores da administração pública.



NO ENSINO PARTICULAR E COOPERATIVO CHEGAMOS A ACORDO PARA A REVISÃO DO CONTRATO COLETIVO DE TRABALHO

Ao fim de um longo e difícil processo negocial, foi possível chegar a acordo com a AEEP para a revisão do Contrato Coletivo de Trabalho ensino particular e cooperativo.

No complexo quadro económico e social que o nosso país atravessa, a preocupação dominante neste processo negocial foi o de conciliar a sustentabilidade das empresas e a preservação dos postos de trabalho.

Creemos que a solução final representa a solução possível no presente momento. Embora, no caso dos docentes, integre a ampliação da duração da carreira e a determinação de um ponto de contingência para acesso aos patamares remuneratórios mais elevados, estamos certos de que foi garantido emprego, com valorização dos trabalhadores.

A- REESTRUTURAÇÃO DA CARREIRA DOCENTE

A nova carreira entra em vigor em 1 de setembro de 2011 e aplica-se a todos os docentes (categorias A, B, D e E) que reúnam as condições de progressão de 1 de janeiro a 31 de dezembro, com efeito a 1 de setembro de 2011.

A nova estrutura da carreira deverá vigorar pelo prazo de 3 anos, sem prejuízo de acordo das partes em sentido contrário.

A revisão da carreira prevê um período transitório a decorrer entre 2011 e 2013, até que aquela atinja a duração de 34 anos como tempo de serviço necessário para atingir o nível 1.

A eliminação dos níveis de entrada traduz-se no reposicionamento dos docentes que se encontram nos escalões eliminados, em 1 de setembro de 2011, no escalão que passa a ser o de ingresso.

A carreira tem um condicionamento,

na passagem do nível 3 para o nível 2 das categorias A, B, D e E, sendo obrigatória a progressão de docentes até que se encontre totalmente preenchida a percentagem indicada no ponto seguinte, sem prejuízo de, em cada instituição, essa percentagem poder ser ultrapassada. Sempre que, por algum motivo, aquela percentagem deixe de se verificar, abre-se vaga para o efeito. A percentagem referida no ponto anterior é de 20% calculado sobre a totalidade dos docentes das categorias em causa.

Nos casos de estabelecimentos de ensino em que a percentagem de 20% se revela insuficiente para que um docente possa progredir ao nível 2, fica a instituição obrigada a, pelo menos, abrir uma vaga para esse efeito.

Os docentes que já se encontram no nível 3 não são abrangidos pelo condicionamento previsto nos pontos anteriores.

Os docentes que, por força do condicionamento, não transitam para o nível 2, têm direito a compensação pecuniária mensal de 0,5% sobre a retribuição base, por cada ano de permanência adicional no nível 3, tendo por limite o valor do nível 2.

Em caso de igualdade de condições de acesso ao nível 2 (tempo de serviço) e não possam progredir todos devido ao condicionamento, o primeiro critério de desempate será a antiguidade no estabelecimento de ensino e o segundo a idade do docente.

No período transitório de 1 de setembro de 2011 a 1 de setembro de 2013, e com efeitos a 1 de setembro de cada um desses anos, têm direito à progressão ao nível seguinte os docentes que estivessem em condições de progredir pela estrutura atualmente em vigor e perfaçam 7 anos sem registo de progressão na carreira.

B- TRABALHADORES NÃO DOCENTES

A Categoria L passa a ter a seguinte estrutura:

Em 1 de setembro de 2011 são anulados os níveis L11, L10 e L9, sendo substituídos por um único nível: L8; O nível L8 passa a ter a duração de 4 anos; O nível L8 tem a remuneração de 1.104,00€.

A Categoria M passa a ter a seguinte estrutura:

Em 1 de setembro de 2011 é anulado o nível M9, sendo substituído pelo M8; O nível M8 passa a ter a duração de 4 anos; O nível M8 tem a remuneração de 976,45€.

São aumentados os valores do nível 16 e 17 da Categoria O nos termos seguintes:

De 1 de janeiro de 2011 a 31 de agosto de 2011 o nível O16 mantém o valor de 526,68€; A partir de 1 de setembro de 2011 o nível O16 passa a 530,00€; Por força da atualização do Salário Mínimo Nacional, o nível O17 passa a 485,00€ com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2011; A partir de 1 de setembro de 2011 o nível O17 passa a 490,00€.

A eliminação dos níveis de entrada e a sua substituição traduz-se no reposicionamento dos trabalhadores que se encontram nos escalões eliminados, em 1 de setembro de 2011, no escalão que passa a ser o de ingresso.

C- TABELAS SALARIAIS

Salvo os níveis A9, B8, D9 e E9 e E8, L8, M8, O16 e O17, mantêm-se em vigor os restantes níveis salariais e cláusulas de expressão pecuniária publicados no BTE n.º 5, de 8 de fevereiro de 2009, com retificação publicada no BTE n.º 14, de 15 de abril de 2009.



INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO E TRABALHO
Um Instituto Universitário ao Serviço da Educação e do Trabalho

MESTRADOS EM EDUCAÇÃO

★ **Administração Educacional**

★ **Animação Sociocultural**

Inscrições entre 18 de abril e 31 de maio

LICENCIATURAS EM EDUCAÇÃO

★ **Administração Educacional**

★ **Intervenção Educativa**

Prova de capacitação para maiores de 23 anos:
Inscrições entre 18 de abril e 2 de junho

CET CURSOS DE ESPECIALIZAÇÃO TECNOLÓGICA

★ **Técnicas de Gestão e Administração de Organizações**

★ **Acompanhamento de Crianças e Jovens**

Afixação de datas de candidatura à matrícula e inscrições em junho

Informações : www.iset.pt

R. Pereira Reis nº 399 4200-448 Porto Tel. 225073890 email: geral@iset.pt